

# Lei Ordinária nº 980/1996

## Estima a recita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1996.

O Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 05 de janeiro de 1996

#### I - DO ORÇAMENTO ANUAL

Ant. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1996, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.

#### **Ⅲ- DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Aït. 2º O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 7.677.330,00 (sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil e trezentos e trinta reais).

**祖**武. 3º A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

		FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
	RECEITAS CORRENTES	2.769.180		2.769.180
	Receita Tributária	264.500		264.500
	Receita Patrimonial	2.000		2.000
	Transferências Correntes	2.480.580		2.480.580

Outras Receitas Correntes	22.100	 22.100
RECEITA DE CAPITAL	4.908.150	 4.908.150
Alienação de Bens	850	 850
Transferências de Capital	4.907.000	 4.907.000
Outras Receitas de Capital	300	 300
RECEITA TOTAL	7.677.330	 7.677.300

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 7.225.950,00 (sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil e novecentos e cinqüenta reais) e o orçamento da seguridade social em R\$ 451.380,00 (quatrocentos e cinqüenta e um mil e trezentos e oitenta reais).

Art. 5º A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

### DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

R\$ 1,00

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Despesas Correntes	1.728.180	373.370	2.101.550
Despesas de Capital	5.448.800	78.010	5.526.810
Reserva de Contingência	48.970		48.970
TOTAL	7.225.950	451.380	7.677.330

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			
Câmara Municipal	125.970	60	126.030
PODER EXECUTIVO			
Gabinete do Prefeito	94.270		94.270
Secretaria de Administração e Fazenda	532.980	65.900	598.880
Supervisão Distrital	10.810		10.810
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	1.117.120	13.500	1.130.620
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos	5.286.330		5.286.330
Secretaria de Promoção Social e Saúde	9.500	371.920	381.420
SUBTOTAL	7.176.980	451.380	7.628.360
Reserva de Contingência	48.970		48.970
TOTAL	7.225.950	451.380	7.677.330

# III - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar.

Art.  $7^{\circ}$  Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 1996, a abrir créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos

que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do  $\S$   $1^{\circ}$ , do art. 43, da Lei Federal  $n^{\circ}$  4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita e excluídos do limite de que trata o artigo anterior.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas Operações de Crédito, nos financiamentos e na alienações, ficando legislativamente autorizado, a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na dara de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 05 de janeiro de 1996

**Hugo José Bomfim** 

**Prefeito**